

O CONHECIMENTO TRADICIONAL QUILOMBOLA ASSOCIADO ÀS PRÁTICAS PRODUTIVAS PARA O DIRECIONAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU/ CACHOEIRA-BA

Loíse Leal da Hora Silva¹
Orientador: Prof. Msc. Edney Conceição²

Resumo

O presente trabalho apresenta uma reflexão acerca do conhecimento tradicional das Comunidades Quilombolas, utilizados na apropriação dos recursos naturais através de suas práticas produtivas, buscando estabelecer relação dessas práticas e a conservação do meio ambiente ao passo que propõe uma abordagem da Educação ambiental no âmbito do ensino de Geografia. A análise constatou que, ainda enfrentando algumas dificuldades, os extrativistas e agricultores conseguem produzir e sustentar suas famílias buscando repassar seus conhecimentos às futuras gerações e sempre atentando para a conservação dos recursos naturais disponíveis

Introdução

A humanidade experimentou nos últimos dois séculos um expressivo avanço científico e tecnológico, onde o processo de produção industrial contribuiu significativamente para mudanças dos valores e do modo de viver da sociedade.

Encontramo-nos em um período onde a crise ambiental mundial é intensa e cada vez mais emergente, principalmente, referente à questão socioambiental. Diante da crise ambiental global o estudo relacionado à Educação Ambiental é crescente em escala mundial, sobretudo, com o objetivo de formar cidadãos críticos e transformadores.

A escola desempenha um papel importante quando se utiliza da transversalidade do tema meio ambiente fomentando a interdisciplinaridade na abordagem da Educação ambiental aproximando os conteúdos teóricos da realidade do aluno com o intuito de fomentar a criticidade.

As abordagens acerca do uso sustentável de recursos naturais elencam e enfatizam discussões concernentes a relação das comunidades tradicionais com o respectivo território. Essas comunidades quilombolas se constituem como parte do ambiente ao passo que desenvolvem uma relação íntima com a natureza. A utilização sustentável dos recursos

¹ Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano – Campus Santa Inês. – E-mail: uelinton007@hotmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano – Campus Santa Inês. – E-mail: edney.conceição@si.ifbaiano.edu.br

contribui para permanência dos ecossistemas e contribuem na manutenção do modo de vida quilombola.

Assim sendo, a problemática em que se insere este trabalho objetiva saber em que medida as práticas produtivas desempenhadas mediante conhecimento tradicional da comunidade de São Francisco podem ser associadas à conservação ambiental e como estas atividades podem ser direcionadas para a prática da Educação Ambiental.

Discussão Teórica

A atual sociedade capitalista urbano – industrial ao exercer seu padrão de desenvolvimento econômico e tecnológico tem impactado o meio, expressivamente, e de forma processual e progressiva.

Contudo, a consciência ecológica vem aumentando desde meados do século XX. Como exemplo disso, no ano de 1972, em Estocolmo na Suécia, aconteceu a Conferência das nações Unidas sobre o Espaço Humano, o que teve como um dos resultados, a criação do Programa das nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) objetivando:

[...] manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das gerações futuras.
(<http://nacoesunidas.org/agencia/onumeioambiente>. Acesso em 12 de maio de 2017.)

Em 1977, em Tibilise, ex-União Soviética, aconteceu a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, o que para alguns autores, foi o evento mais importante acerca dessa temática. Sequencialmente dentro desse contexto de preocupação quanto a degradação do meio ambiente, a década de 1980 no Brasil, foi marcada pela instituição de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente como o Programa nacional de Meio Ambiente – PNMA que de acordo com Hammes (2012, p.60) “ressalta o aspecto participativo, estimulado pela EA e aplicável a todos os níveis de ensino e às comunidades.” Cabe ressaltar que o marco histórico concernente tanto ao meio ambiente quanto a Educação Ambiental, ocorreu na década de 1990, quando foi realizado no Rio de Janeiro o fórum global *Eco-92*.

No Brasil segundo a Lei nº 9795/1999, Art 1º, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e

competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, p.1)

Entender a complexidade da Educação Ambiental perpassa por todo um compêndio de diferentes abordagens ambientalistas e pedagógicas que se desdobrou ao longo do tempo no Brasil, sobretudo, desde meados dos anos de 1960.

Loureiro (2004), aponta que algumas mudanças começaram ocorrer no Brasil desde a década de 1980, quando educadores, militantes de movimentos sociais, escolas públicas, ambientalistas, se dispuseram a focar numa transformação da sociedade contrapondo aos padrões industriais e de consumo consolidados sob a égide do capitalismo.

Para Layrargues, (2002), não basta ver a humanidade apenas como deflagradora e vítima da crise ambiental, antes é importante através de uma EA crítica, desenvolver uma estratégia pedagógica que objetive, a partir da coletividade e em exercícios da cidadania, a criação de políticas públicas participativas objetivando a efetivação de uma gestão ambiental democrática.

A EA é concebida na atualidade como instrumento de valorização das classes populares, incluindo comunidades tradicionais e seus conhecimentos tradicionalmente disseminados às gerações.

A abordagem da Educação Ambiental no contexto das comunidades tradicionais pode se dá nos níveis não formal e formal, ao passo que, considerando sua interdisciplinaridade a mesma pode ser abordada, sobretudo, no ensino de Geografia.

No âmago dessas discussões, a EA não formal surge, sobretudo, a partir da preocupação dos movimentos ecológicos ainda que com um viés bastante naturalista, de modo que segundo Lima, (2006), a mesma era utilizada como um manifesto alertando a necessidade de conservação da natureza, e a iminente escassez dos recursos naturais.

Entretanto, cabe ressaltar que a EA não formal sofreu uma considerável evolução ao longo do tempo resultando numa abordagem mais crítica, ao passo que, incorpora uma ligação entre os fatores ambientais, sociais e econômicos. Essa evolução se deu de tal forma, que a preocupação a partir do reconhecimento de que os impactos ambientais oriundos das consequências do modelo econômico predominante ganhou proporção mundial.

Em 1988 a EA é ampliada e instituída pela Constituição Federal (BRASIL, 1988, art.255, VI), como componente educacional a ser aplicada em todos os níveis de ensino formal e não formal. Cabe aqui ressaltar que o marco da Educação Ambiental Formal no

Brasil se deu a partir da instituição da Política Nacional de Educação Ambiental, lançamento dos PCNs do meio ambiente no ano de 1998.

Ainda nesta perspectiva de abordagem formal e não formal, estabelecer uma educação ambiental de níveis formal e não formal é desafiador, pois a mesma não deve ser concebida como bipartida, antes é única. O que caracterizará a formalidade ou não da abordagem será a maneira e o local aonde será realizada. Segundo Gohn (2006), Ainda que pareça utópica a articulação entre comunidade escolar e comunidade educativa de um território, é um imperativo emergencial e extremamente necessário, sobretudo, devido à emergência da necessidade de se conservar os recursos naturais no planeta.

No contexto do ensino formal, a EA é especificada como se desenvolve nos currículos tanto das instituições públicas quanto privadas nas esferas federais, estaduais e municipais de ensino. Já a EA não formal não é restrita ao ambiente escolar, de modo que, precisa buscar uma articulação entre a escola, a comunidade, o governo, as empresas, abrangendo também as Unidades de Conservação, Indústrias, para que haja uma ampla participação e todos sejam envolvidos nesse processo educativo.

Assim sendo, a Geografia tem papel fundamental em se tratando de questões ambientais, posto que a mesma estuda a relação sociedade/natureza de modo que “quase todos os conteúdos previstos no rol do documento de Meio Ambiente podem ser abordados pelo olhar da Geografia.” (BRASIL, 1998, p. 46).

Os Parâmetros Curriculares nacionais – PCN – elaborados pelo Ministério da Educação e Desporto – MEC – surgem nesse contexto, com a proposta de subsidiar os professores de Ensino Fundamental e Ensino Médio, a articular de forma integrada e interdisciplinar os conteúdos didáticos com a realidade dos alunos sendo Educação Ambiental trabalhada na perspectiva de meio ambiente como um tema transversal.

Ainda nessa perspectiva geografia e meio ambiente, é possível, no contexto das comunidades tradicionais, compreender a dinâmica entre a relação das práticas produtivas quilombolas e a conservação ambiental. Desse modo, a abordagem da Educação seja no âmbito formal ou não formal, possibilitará uma maior e eficaz compreensão da importância dessa conservação.

No Brasil, as comunidades tradicionais mais especificamente neste trabalho - comunidades quilombolas – insurgem como sujeitos de direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. Contudo, é necessária uma abordagem mais conceitual acerca do termo “comunidades tradicionais”.

No Brasil, o decreto n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, alude ao termo populações tradicionais como povos ou comunidades tradicionais os quais são definidos pelo Artigo 3 como:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007)

Pereira e Diegues (2010, p. 48), ressalta a importância das populações tradicionais “[...] como importantes agentes para a proteção de áreas naturais e a necessidade que existe em protegê-los, visto que apresentam um dos modos de vida humana capaz de coexistir dentro de certo equilíbrio com a natureza”.

Neste sentido, a abordagem da Educação Ambiental pode ser essa via, ao oportunizar o diálogo entre os saberes para uma maior compreensão da conservação ambiental nessas áreas tradicionalmente ocupadas.

METODOLOGIA

O presente trabalho toma como opção adutora um estudo de caso na comunidade quilombola em São Francisco do Paraguaçu situada no município de Cachoeira-BA.

Os procedimentos teóricos – metodológicos deste trabalho pautaram-se no levantamento bibliográfico e documental e em seguida na pesquisa de campo, através da adoção de questionários e entrevistas como instrumentos de coleta de dados aplicados a moradores da referida comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Comunidade de São Francisco depende diretamente dos recursos naturais para a sua sobrevivência, essa dependência fomentou historicamente o desenvolvimento de formas peculiares de organização na esfera social, cultural e ambiental. Percebe-se, portanto, que há uma via de mão dupla no que tange a relação homem/natureza para a manutenção do modo de vida no quilombo.

Essa via de mão dupla significa dizer que a dependência desses recursos no âmbito ambiental, aumenta a responsabilidade de conservar estes recursos para que continuem a

existir, o que permitirá a permanência para a reprodução do modo de vida no quilombo abrangendo assim o âmbito social e cultural.

A comunidade de São Francisco desenvolve suas práticas produtivas, pautados em seus conhecimentos cumulativos, sem deixar de conservar os recursos naturais disponíveis para sua sobrevivência. Desse modo, percebe-se que a apropriação dos recursos naturais a partir dos conhecimentos tradicionais converge para o processo de formação territorial e a manutenção do *modus vivendi*. Na referida Comunidade as principais práticas produtivas são: a agricultura de subsistência, a pesca artesanal/mariscagem, e o extrativismo vegetal.

A atividade pesqueira artesanal se constitui como uma das formas de apropriação dos recursos naturais na referida comunidade para a manutenção do modo de vida no quilombo, haja vista, a localização costeira ser propícia para tal prática.

Por ser uma atividade de grande relevância para as comunidades tradicionais costeiras, a pesca artesanal, carece ser contemplada com um tipo específico de proteção. Cabe ressaltar que Constituição Federal de 1988 em seu artigo sobre meio ambiente (Art. 225), assegura a todos, um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” e confere ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Para tanto, fica entendido que o Poder Público deve criar áreas protegidas e garantir que elas contribuam com esse equilíbrio ecológico objetivando assegurar a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelas comunidades tradicionais.

Nesse contexto, a comunidade de São Francisco é contemplada pela Reserva Extrativista Marinha - RESEX³ - ainda que a atuação da mesma não atenda de forma efetiva as demandas, sendo contestadas algumas ações pelos moradores da comunidade. Em linhas gerais, a RESEX da Baía do Iguape tem entre outras funções, a finalidade de preservar os manguezais e impedir a especulação imobiliária, estando localizada nos municípios de Cachoeira, Maragogipe e São Félix.

Cabe pontuar que a atividade pesqueira na referida comunidade vem sofrendo consideravelmente em consequência da instalação da Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo, administrada pelo Grupo Votorantim. Importa saber que:

³ A Reserva Extrativista Marinha – RESEX – de Iguape foi criada pelo Governo Federal em 11 de agosto de 2000, com área aproximada de 8.117 hectares, com o objetivo de assegurar a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelas populações dos Municípios de Cachoeira e Maragogipe, cabendo ao IBAMA a sua supervisão. Segundo o Art. 18 da Lei 9985, de 18.06.2000, que criou o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, (INCRA, 2007).

Estudos comprovam que a construção da barragem na década de 80 para o controle da sua vazão e abastecimento da região metropolitana de Salvador e cidades do Recôncavo, já havia alterado o equilíbrio natural da região, porém, pode haver uma readaptação por parte das comunidades. Entretanto, o ambiente voltou a ser alterado com o início das atividades da Votorantim que trouxe novos impactos a comunidades. Entre eles a alteração da composição das águas estuarinas que vem prejudicando de forma significativa as atividades desta comunidade. (SILVA; CONCEIÇÃO, 2015. p.4332).

Essa alteração no equilíbrio natural é identificada pelos pescadores da comunidade que alegam desaparecimentos de determinadas espécies peixes e mariscos, causados pelo desequilíbrio da salinidade da água, bem como alteração na composição e a dinâmica das águas estuarinas, ao passo que as liberações de águas doces e frias na baía contribuem para afugentar algumas espécies, o que prejudica de forma efetiva tanto a atividade pesqueira como conseqüentemente a vida na comunidade.

Entretanto, os moradores da comunidade, mesmo reconhecendo a importância da RESEX de Iguape no que tange a proteção dos recursos naturais disponíveis, apontam possíveis omissões desta, quanto a sua função primordial. Segundo pescadores locais, a RESEX, atua efetivamente ao fiscalizar os pescadores da comunidade, todavia, o mesmo não ocorre quando pescadores não quilombolas vindos de outras regiões realizam a pesca predatória com o uso de explosivos, resultando na diminuição da quantidade de peixes, afetando assim conseqüentemente a sobrevivência na comunidade.

É importante salientar que o objetivo das Reservas Extrativistas é de harmonizar a conservação dos recursos naturais com a exploração sustentável, associando a dinâmica socioeconômica à valorização da cultura das comunidades tradicionais.

Se de fato o objetivo da RESEX, for o que está versado na Lei de sua implantação, esta poderia ser uma aliada fundamental para o direcionamento da EA na implementação da gestão participativa na comunidade objetivando a busca da autonomia desses grupos sociais envolvidos e o devido acesso aos recursos naturais produzindo o necessário à satisfação de suas necessidades não apenas materiais, mas, de igual modo, simbólicas.

Com o intuito de ater se ao que se propõe este estudo, e considerando a relevância da atividade pesqueira para a Comunidade de São Francisco, cabe ressaltar que o manejo pesqueiro exige saberes específicos relacionados aos recursos naturais renováveis e a melhor forma de apropriação destes, requer saberes sobre a influência dos ciclos lunares e saberes a cerca dos movimentos dos cardumes.

Pautados em seus conhecimentos, os pescadores e pescadoras, marisqueiros e marisqueiras são auxiliados pela observação do calendário sazonal e o reconhecimento do

período do aparecimento das espécies para capturá-las. Cabe ressaltar a importância do conhecimento ecológico para o pescador não apenas para realizar a atividade pesqueira artesanal, mas para garantir que ocorra de forma sustentável. Esse conhecimento cumulativo é adquirido na prática, relacionado com a estrutura e função do ecossistema em que estão inseridos e é passado de geração a geração.

No que tange a atividade da mariscagem, na referida comunidade é desenvolvida, sobretudo, pelas mulheres e se dá de forma artesanal, de modo que comumente as mariscadoras se utilizam de uma luva de tecido grosso fabricada artesanalmente para proteger a mão quando assim introduzida na toca do marisco. Além da coleta propriamente dita, no manguezal, as mulheres são imbuídas da tarefa de beneficiar os frutos da pesca conforme mostra a (figura 2).

Figura 1: Prática extrativista



Fonte: GEOTER – Grupo de Estudos Geografia dos Territórios e Espaços Rurais

Notadamente os conhecimentos ancestrais permeiam as relações que dinamizam as ações cotidianas na apropriação dos recursos na comunidade. Cabe aqui ressaltar que a abordagem da EA pode ser concebida de forma relevante, posto considerar as relações homem/natureza, sem reduzir a dimensão social da questão ambiental, para tanto,

[...], trabalhar educação ambiental com pescadores artesanais significa estar articulado com lutas sociais, com a expectativa da emergência de atores sociais, com a preservação e o reconhecimento de processos reversíveis outros irreversíveis e com as relações econômicas de forma crítica. (PEREIRA; RUSCHEINSKY; GONÇALVES, 2008, p. 80).

Essa abordagem seja no âmbito formal viabilizado pela escola envolvendo todos os educandos e comunidades que circundam o ambiente escolar, ou em caráter não formal envolvendo a sociedade em um todo, faz-se necessário que se efetue de forma contínua e permanente.

A “Educação ambiental não formal é aquela que não se restringe ao ambiente escolar, mas deve buscar a integração escola – comunidade – governo – empresas, com o fim de envolver a todos em seu processo educativo.” (REIS; SÊMEDO; GOMES (2012, p. 55). Salienta-se, portanto, que ações e práticas educativas que objetivem a sensibilização coletiva acerca das demandas ambientais e à sua influência na defesa do ambiente são conhecidas como EA em nível não formal.

Neste contexto, cabe ressaltar a relevância da Comissão Pastoral dos Pescadores para a Comunidade de São Francisco, pela assistência necessária à comunidade sempre que precisam. Atuam também na realização de oficinas de capacitação, palestras, entre outras, ao passo que fomenta a gestão participativa e oportuniza a capacitação de lideranças para a administrarem as organizações coletivas e conseqüentemente os orienta para que ocorra o manejo sustentável dos recursos naturais.

Vale ressaltar que seria bastante interessante haver uma articulação entre a pastoral dos Pescadores, a Unidade de Conservação, a comunidade, órgãos competentes do poder público e a escola.

O extrativismo vegetal, por sua vez, se dá, sobretudo, a partir da extração da piaçava e do dendê, (figura 3), sendo que extração da piaçava tem no bojo das práticas produtivas, sua importância, ainda que a base da economia local seja pautada na pesca e na agricultura de subsistência.

Figura 2: Extrativismo Vegetal - Produção do azeite de dendê.



Fonte: GEOTER – Grupo de Estudos Geografia dos Territórios e Espaços Rurais

Após a extração da piaçava, se dá seu beneficiamento, de modo que depois de realizada a limpeza, a piaçava é vendida pelo dobro do preço na feira de Maragogipe que acontece aos sábados, ou é vendida a intermediários locais. Para o uso próprio, a utilização suas fibras se dá na produção de vassouras e serve também para cobrir casas de quem preferir ou precisar.

O manejo da piaçava desde sua extração até o beneficiamento e utilização se dá de forma bastante participativa, pois, enquanto os homens saem para tirar a piaçava na mata, em suas casas, as mulheres se dedicam ao beneficiamento.

É importante ressaltar que na realização dessas práticas, ocorre simultaneamente, a reprodução dos conhecimentos ancestrais que são repassados às futuras gerações à medida que as crianças são envolvidas no contexto destas atividades, como forma de garantir a manutenção e reprodução do modo de viver quilombola. Segundo um dos piaçaveiros da comunidade, suas filhas são envolvidas na forma de cooperação simples auxiliando a mãe com o beneficiamento do material extraído quando as mesmas estão em tempo vago. Fica evidente que essa forma de transmitir o conhecimento para as futuras gerações corroboram com a perpetuação do modo de vida no quilombo.

Assim como o extrativismo animal e vegetal compõem o bojo das práticas produtivas na referida Comunidade, a agricultura de subsistência se constitui umas das mais importantes dessas práticas. Na realização dessa prática produtiva, os agricultores enfrentam algumas dificuldades, como é possível destacar nas investidas dos fazendeiros, ora produzindo conflitos com o intuito de requerer reintegração de posse, ora prejudicando cultivo e/ou colheita.

Para realização dessa prática produtiva, cada família tem sua própria área de plantio o que não impede que exerçam o cooperativismo ao passo que se organizam em mutirões que chamam de “demão”, ou seja, cada dia todo o grupo auxilia um dos agricultores a preparar, cultivar a terra e/ou fazer a colheita da plantação.

Ao se utilizar do conhecimento que lhes é peculiar, eles realizam a rotação das culturas obedecendo aos períodos do ano apropriado para cada cultivo específico. Para fazer a rotação de culturas, são necessários critérios a serem observados, pois primeiro é plantado o milho, espécie mais exigente, e depois que colhem, fazem a rotação e plantam a mandioca.

Nesta perspectiva, a abordagem da Educação Ambiental é válida se abordada pelas organizações que auxiliam a referida comunidade como a Pastoral da Terra, por exemplo, que

pode através de palestras, ou oficinas auxiliar as famílias tanto na manutenção como na transmissão dos conhecimentos ancestrais apontando sempre para a forma cuidadosa de se apropriar desses recursos da natureza objetivando sua conservação. A abordagem formal pode se dar através da escola, sobretudo na disciplina de Geografia, ao se utilizar da metodologia de aula de campo.

Em síntese, embora enfrentando estas dificuldades, os extrativistas e agricultores conseguem produzir e sustentar suas famílias buscando repassar seus conhecimentos às futuras gerações e sempre atentando para a conservação dos recursos naturais disponíveis.

Importa ressaltar que a valorização do conhecimento cumulativo que os permite apropriar dos recursos naturais de forma consciente, contrasta com a economia de mercado que visa à obtenção de lucro a qualquer custo e traz imbuída em sua proposta de conservação, uma sustentabilidade instrumentalizada na lógica capitalista.

Quanto à abordagem da EA na comunidade seja no âmbito não formal abrangendo a comunidade e seu entrono para além da fronteira escolar, ou no contexto formal, sobretudo do ensino de Geografia, é interessante que seja pensada e abordada através de projetos que estimulem a responsabilidade ambiental.

Contudo, um instrumento didático indispensável no que tange relação sociedade/natureza, sobretudo, no ensino de Geografia, são as aulas de campo que é aqui apontada como estratégia didático - pedagógica para o direcionamento da Educação Ambiental na Comunidade de São Francisco.

É importante ressaltar que o trabalho de campo faz-se necessário no ensino de Geografia posto a mesma focar tanto os acontecimentos como as transformações que ocorrem na sociedade/natureza. Assim sendo, há uma série de possibilidades a serem exploradas pela escola, sobretudo, nas aulas de Geografia atrelando sempre a transversalidade da Educação Ambiental para uma busca de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável.

Conforme citado por Morales, (2009), a Educação Ambiental,

Precedida pelos movimentos ambientalistas, surge no intuito de (re) discutir a relação natureza sociedade, o que denuncia uma crise de conhecimento, política e educativa, a qual, por sua vez, implica a busca de um novo saber ambiental. (p. 160).

O fato de propor (re) discutir a relação sociedade natureza denuncia que são necessárias mudanças no que diz respeito ao desenvolvimento e conservação ambiental. Nesse contexto, se inserem as comunidades quilombolas que se desenvolveram

historicamente, ao passo que construíram ao longo dos anos formas próprias de organização e suas próprias formas de gerir seu território. Entende-se, portanto, a necessidade contínua de imprimir esses conhecimentos nas gerações subsequentes.

Essa forma tradicional e cumulativa de passar os conhecimentos para as futuras gerações faz parte da forma de vida na comunidade impetrando nas futuras gerações esses saberes culturais, a fim de assegurar-lhes a perpetuação do modo de vida que lhes é peculiar. (Re) discutir a relação sociedade/natureza em se tratando de comunidades quilombolas, na perspectiva da EA, é o mesmo que valorizar os saberes tradicionais apontando considerações que só irão fortalecê-los.

Partindo dessa assertiva e atendendo ao que se propõe este trabalho, pretende-se apontar alternativas didático-pedagógicas que se adotadas pela escola da referida comunidade quilombola, pode haver uma contribuição importante para que essa abordagem ocorra de forma processual dentro do contexto estudantil, com a adequação da transversalidade da EA, sobretudo, no ensino de Geografia.

A relação homem/natureza, sociedade/espço é uma discussão inerente à ciência geográfica. Sendo importante que as questões que envolvam esta relação, estejam presentes no contexto escolar vislumbrando fomentar o senso crítico no educando, ao passo que, este venha valorizar seu conhecimento do cotidiano, embora com a responsabilidade de ampliar seu conhecimento para maiores possibilidades de conservação do meio que está inserido, preservando assim sua identidade.

Desta forma, os PCNs de Geografia, faz uma abordagem do tema transversal Meio Ambiente de forma bastante instigadora quando aponta que quase todos os conteúdos arrolados ao documento de Meio Ambiente podem ser abordados sob a ótica geográfica. Todavia, o tema Sociedade e Meio Ambiente é o que alude uma maior aproximação, pois, quando trata da formação socioespacial, das novas territorialidades e temporalidades do mundo, procura abordar de forma ampla os processos que geram uma determinada ocupação do solo, as demandas por recursos naturais, entre outros fatores.

De acordo com (LEFF, *apud* CALVENTE; ARCHELA; GRATAO, 2007, p.263), “[...] o saber ambiental emerge de uma reflexão social do mundo atual [...]”. Neste sentido, esse mundo, abriga uma crise civilizatória de grande proporção. É para tanto, imprescindível que haja uma consciência de educar para a vida em sociedade.

Estes mesmos autores contribuem ainda afirmando que isto “[...] implica a revisão de métodos pedagógicos”. Cabe ressaltar que vivemos um período de constantes mudanças o que

inferniza a uma necessidade de mudar no que tange tanto as atitudes como as práticas pedagógicas de ensino.

Grando e Santana (2008, p.8), corroboram esse pensamento apontando que, a educação deve deixar de ser ministrada de forma vertical, onde todo conteúdo é despencado sobre os alunos, antes deve se estabelecer harmoniosamente com o conhecimento existente a fim de expandi-lo tornando o ensino relevante a toda realidade local. Para tanto,

As novas tendências pedagógicas dirigem nossa atenção à necessidade de criar nos alunos expectativas, desenvoltura, conhecimentos e aptidões que lhes dêem elementos para serem cada vez mais ativos capazes de analisarem as condições históricas, sociais e políticas em que se desenvolvem, para que não somente possam descrever o mundo que os rodeia, mas para que sejam capazes de transformá-lo. (CALVENTE; ARCHELA; GRATÃO, 2007, p.163)

A partir dessa compreensão, espera-se que os alunos se sintam parte integrante da natureza, atuando de forma criativa, questionadora, adotando posturas que culminem em interações construtivas.

É de suma importância o aluno contrastar entre apropriação predatória e a apropriação necessária e suficiente dos recursos naturais disponíveis, ao passo que se sentirá responsável tanto para a manutenção e reprodução do seu saber cumulativo.

Segundo uma moradora entrevistada, “há certo tempo não se podia nem falar o termo quilombo na escola, mas nos últimos anos as coisas melhoraram bastante e hoje os alunos se sentem representados pela escola como quilombolas.” (Entrevista - Pesquisa de Campo). Cabe agora à escola se utilizar de sua relevância na comunidade, se apropriar das ferramentas disponibilizadas pelos PCNs, sobretudo de Geografia, relacionando com o tema transversal Meio ambiente a realidade prática dos alunos. .

Contudo, um instrumento didático indispensável no que tange relação sociedade/natureza, sobretudo, no ensino de Geografia, são as aulas de campo que é aqui apontada como estratégia didático - pedagógica para o direcionamento da EA na Comunidade de São Francisco. Calvente; Archela e Gratao (2008), ainda contribuem afirmando que a aproximação entre teoria e prática pode ocorrer de forma bastante efetiva desde que os educandos estejam munidos de “informações científicas, culturais, geográficas e históricas acerca do lugar, além de atividades de sensibilização relaxamento e de concentração”. (p. 271). Como os mesmos já compreendem a apropriação dos recursos naturais com base em seus conhecimentos cumulativos terão a oportunidade de refletir, questionar, correlacionar e

ampliar seu conhecimento estimulando assim uma posição mais crítica e conseqüentemente mais consciente.

Como resultado dessas aulas de campo, os educandos podem manifestar sua compreensão do que foi analisado e produzir seu saber ambiental a partir dessas reflexões sociais arrolando o saber tradicional ao científico intermediado pela escola a partir do seu entorno.

Como a comunidade de São Francisco tem a agricultura de subsistência e a pesca como duas das principais fontes de sobrevivência, pode-se trabalhar com a metodologia da pesquisa de campo conforme apontada anteriormente. No contexto da agricultura de subsistência pode-se abordar assuntos relacionados à causa e conseqüência do empobrecimento do solo, necessidade de uma criteriosa rotação de culturas, a conseqüência das queimadas tornando o solo infértil, ou a aplicação fertilizantes sem critérios, a importância do adubo orgânico, da produção orgânica, entre outros.

De igual modo, é possível trabalhar no contexto da pesca artesanal, acerca dos períodos de defeso do camarão e do caranguejo buscando incitar os educandos a se questionar sobre as conseqüências da não observação desses fatores, sobretudo, oportunizando-os refletir acerca da importância do conhecimento cumulativo que os permite apropriar dos recursos naturais de forma consciente. Desse modo, compreenderão como a proposta da Educação Ambiental que é crítica transformadora valoriza esses conhecimentos evidenciando o contraste com a economia de mercado que visa à obtenção de lucro acima de qualquer bem ou valor com uma dissimulada proposta de conservação operacionalizada na lógica do grande capital.

É importante ressaltar que o trabalho de campo faz-se necessário no ensino de Geografia, posto a mesma focar tanto os acontecimentos como as transformações que ocorrem na sociedade/natureza. A abordagem da EA, neste contexto, é de uma importância inegável uma vez que, oportunizará ao educando atuar como sujeito do seu próprio conhecimento, ao passo que, mediante a observação do concreto aliando teoria e prática, amplie sua visão de mundo relacionando a realidade local com a realidade global o que possibilitará uma melhor compreensão de como se posicionar de forma crítica e transformadora tanto para a conservação do meio ambiente como para a manutenção e reprodução do seu modo de vida.

Portanto, há uma série de possibilidades a serem exploradas pela escola, sobretudo, nas aulas de Geografia atrelando sempre a transversalidade da Educação Ambiental para a busca de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável.

Algumas Considerações

Cabe frisar que a EA é um instrumento imprescindível para se rever as práticas sociais tanto para uma maior compreensão da relação sociedade/natureza, como para objetivar soluções no âmbito local e global, com o intuito de construir uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável. Assim, o exercício da cidadania, o respeito à diversidade, a justiça ambiental e a qualidade de vida precisam ser considerados, pois, são aspectos essenciais à EA.

Por meio deste trabalho procura-se refletir acerca das práticas produtivas da comunidade de São Francisco, atrelando seus conhecimentos tradicionais na apropriação dos recursos naturais disponíveis, à abordagem da Educação ambiental. Seja na educação informal ou sistematizada, sendo um instrumento indispensável para a formação do cidadão crítico atuante, de modo que homem e natureza não podem mais ser vistos como excludentes.

A proposta em que se insere este estudo dedica-se a apontar estratégias didático-pedagógicas na abordagem da EA no âmbito do ensino de Geografia na referida comunidade. É importante salientar que essa abordagem deve se dar de forma interdisciplinar a partir da transversalidade do tema Meio Ambiente, entretanto, na perspectiva que propõe este estudo, busca-se evidenciar a aplicabilidade no ensino de Geografia, o que se torna pertinente, pois a ciência geográfica se dedica ao estudo da relação sociedade e espaço geográfico.

Desse modo, as aulas de campo se tornam uma ferramenta pedagógica essencial, pois, fomenta a pesquisa, aproxima a teoria da prática, fortalece a relação homem/natureza. Objetivando, portanto, a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 de maio de 2017.

BRASIL. Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, DF, 1999.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : geografia** /Secretaria de Educação Fundamental. . Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALVENTE, M. C. M. H. (Org.); ARCHELA, R. S. (Org.); GRATÃO, L. H. B. (Org.) . **Múltiplas Geografias: Ensino - Pesquisa - Reflexão**. Londrina. 1. ed. Londrina: Humanidades, 2007.

GOHN, M. da G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. (p. 36)

GRANDO, B. S.; SANTANA, R.H. **Povos Tradicionais e Meio Ambiente: Educação Ambiental numa Perspectiva Intercultural Em Cáceres-MT**. In: III FÓRUM DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE, 2008, Tangará da Serra-MT. III FÓRUM DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE. Cáceres-MT: Unemat, 2008. p. 1-10.

HAMMES, V. S. Educação Ambiental. In: Valéria Sucena Hammes. (Org.). **Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável - Construção da proposta pedagógica**. 3ed. Brasília: Embrapa, 2012, v. 1, p. 57-70.

LAYRARGUES, P.P. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, J.S. (Org.) **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 2a edição. Brasília: IBAMA. p. 159-196. 2002.

LIMA, A.. Refletindo sobre Educação Ambiental não-formal.. Revista eletrônica **Com Scientia Ambiental**. 2006.

LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental Transformadora. In: Layrargues. P.P. (coord.) **Identities da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MORALES, A. G. M. Processo de institucionalização da educação ambiental: tendências, correntes e concepções. **Pesquisa em Educação Ambiental**, n. 1, v. 4, p. 159-175, 2009.

PEREIRA, B.E; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

PEREIRA, M. O. R.; RUSCHEINSKY, A.; Gonçalves, Jussemar Weiss. **Educação ambiental com pescadores artesanais**: um convite à participação. *Práxis Educativa*, v. 03, p. 73-80, 2008.

PNUMA. **PNUMA no Brasil. 1972. Disponível em:**
<https://nacoesunidas.org/agencia/pnuma/>. Acesso em: março de 2016.

REIS, C.L.; SEMÊDO, L.T.A.; GOMES, R.C. Conscientização Ambiental: da Educação Formal a Não Formal. **Revista Fluminense de Extensão Universitária**. Vassouras, v. 2, n. 1, p. 47-60, jan/jun., 2012.

SILVA, M. dos S; CONCEIÇÃO, E. Impactos sobre as comunidades quilombolas na região do recôncavo baiano após a implementação da usina hidrelétrica na barragem de pedra do cavalo. In: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais. 2015, Goiânia-GO. **Anais...** Goiânia. p. 4338-4347.